

BENEFICIÔMETRO DA SEGURIDADE SOCIAL: UM PANORAMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA A PARTIR DE INDICADORES CLÁSSICOS

Graziela Ansiliero

Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea).

Fábio Monteiro Vaz

Técnico de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea.

Geraldo Andrade da Silva Filho

Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Leonardo Alves Rangel

Técnico de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea.

Rogério Nagamine Costanzi

Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Disoc/Ipea.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2941-port>

O texto apresenta uma visão geral da seguridade social no Brasil, com foco na previdência social pública e nos benefícios assistenciais continuados, abordando sua estrutura, configuração, benefícios oferecidos, fontes de financiamento e um painel de indicadores que retrata a importância da previdência social brasileira e de seus três grandes regimes:

- Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS): regime obrigatório e contributivo dos servidores públicos civis da União, de estados, Distrito Federal (DF) e municípios;
- Regime Geral de Previdência Social (RGPS): regime de natureza tipicamente contributiva, operado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em regime de repartição simples. Abrange trabalhadores do setor privado e demais indivíduos não cobertos por RPPS; e
- Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM): abrange militares das Forças Armadas e policiais e bombeiros militares dos estados e do DF.

Além desses, existe ainda a previdência complementar, de natureza facultativa e privada, funcionando no regime de capitalização.

Completa esse quadro a proteção social oferecida pelos benefícios continuados da assistência social (notadamente, o Benefício de Prestação Continuada – BPC), não contributivos, que, apesar de assistenciais, possuem natureza previdenciária.

Os benefícios previdenciários cobrem diversos riscos, como doença, invalidez, morte, idade avançada, maternidade e complementação de renda.

Utilizando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de registros administrativos fornecidos pelo Ministério da Previdência Social, o texto apresenta indicadores divididos em sete dimensões:

- 1) Escala do sistema de proteção social e previdenciária: quantidade de benefícios e contribuintes, estimativas indiretas de benefícios concedidos do salário-família e salário-maternidade.
- 2) Cobertura da proteção social e previdenciária na população: proporção de ocupados e idosos contribuintes ou beneficiários.
- 3) Adequação dos benefícios previdenciários: valor nominal médio dos benefícios previdenciários e assistenciais e razão do valor do benefício sobre o salário de contribuição.
- 4) Efeitos simulados dos benefícios previdenciários e assistenciais sobre a pobreza: proporção de pessoas em situação de pobreza, com e sem benefícios sociais.
- 5) Contribuição dos benefícios previdenciários e assistenciais para a desigualdade de renda, baseada na decomposição do índice de Gini.
- 6) Sustentabilidade contributiva dos regimes previdenciários: razão de dependência de idosos e total, e razão de dependência previdenciária.
- 7) Receitas, despesas e resultado previdenciário: despesa nominal com o pagamento de benefícios, receitas dos regimes previdenciários e resultado financeiro dos regimes previdenciários.

Os resultados mostram um sistema abrangente, que mantinha cerca de 34,2 milhões de benefícios permanentes ativos em dezembro de 2020, dos quais 29,5 milhões pertenciam ao RGPS. Em contrapartida, tiveram acesso à cobertura previdenciária aproximadamente 58,3 milhões de contribuintes.

Em termos financeiros, isso significou uma despesa de R\$ 1,06 trilhão com o pagamento de benefícios. Somando-se os gastos com benefícios assistenciais continuados, chega-se a 14,8% do produto interno bruto (PIB) em despesas com benefícios.

No que se refere à proteção social dos trabalhadores ocupados de 16 a 64 anos, 64,8% contribuíram para a previdência social e 71,4% eram socialmente protegidos, por serem contribuintes, ou beneficiários de aposentadorias e pensão, ou segurados especiais do RGPS em 2022. No caso dos idosos, a proteção social atingiu 89% dessa população.

A análise mostra, ainda, a importância dos benefícios previdenciários e assistenciais para a renda das famílias, que tiveram um efeito equivalente a uma redução de 14,1 pontos percentuais (p.p.) na taxa de pobreza em 2022, apesar da alta concentração de beneficiários nos extratos médio-superiores da distribuição de renda. Utilizando-se uma decomposição do índice de Gini, os resultados mostram que a contribuição à desigualdade varia entre os regimes, com os benefícios do RGPS e assistenciais contribuindo para a redução da desigualdade, enquanto os do RPPS têm um efeito regressivo.

Esses indicadores apontam para desafios de longo prazo, destacando a necessidade de equilibrar a sustentabilidade dos sistemas de proteção social com a cobertura populacional, adequação dos benefícios e incentivos ao trabalho e à contribuição previdenciária, especialmente em um contexto demográfico de envelhecimento populacional acelerado.